

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1615169 - DF (2016/0187743-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
EMBARGANTE : LUIZ CARLOS BORGES XAVIER - ESPÓLIO
ADVOGADO : RODRIGO SANTOS PEREGO - DF038956
EMBARGANTE : LX COMUNICACOES LTDA - ME
ADVOGADOS : DAVI RODRIGUES RIBEIRO E OUTRO(S) -
DF023455
WILLIAN MARIANO ALVES DE SOUZA E
OUTRO(S) - DF050961
REPR. POR : TEREZA CRISTINA PONCE DE LEON XAVIER -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : RODRIGO SANTOS PEREGO - DF038956
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EMBARGOS MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEIS. PRECLUSÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Os Embargos de Declaração são manifestamente inadmissíveis, em razão da prévia interposição de outra peça idêntica pela mesma parte, e em atenção aos Princípios da Unirrecorribilidade e da Preclusão Consumativa, inclusive submetido a julgamento na mesma assentada.

III – Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora